E o lugar das mulheres de letras? A campanha da revista *O Malho* pela inserção feminina na ABL

And what about the place of women of letters? O Malho magazine's campaign for female inclusion in the Brazilian Academy of Letters

10.29073/naus.v9i2.1179

Recebido: 13 de maio de 2026.
Aprovado: 22 de novembro de 2026.
Publicado: XX de mês de 20XX.

Autor/a: Francisco Alves, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, franciscodasnevesalves@gmail.com.

Resumo

Estudo acerca da campanha "Levemos a mulher à Academia de Letras", movida por *O Malho*, em 1936-1937, visando a até então inédita inserção feminina na Academia Brasileira de Letras. Tratava-se de um momento de ascensão das atividades jornalísticas no país, com a afirmação do jornalismo empresarial, em um contexto no qual as revistas angariavam relevância, como foi o caso de *O Malho*, publicação que ganhou popularidade e notoriedade na esfera nacional. A partir de tal prestígio, o semanário buscou mobilizar a opinião pública em prol da causa das mulheres de letras brasileiras que, apesar de certos progressos no campo político-eleitoral, ainda sofriam severas resistências na conjuntura intelectual.

Palavras-Chave: Academia Brasileira de Letras; Campanha; Intelectualidade Feminina; Mobilização; *O Malho*.

Abstract

The newspaper *O Malho* sought to address a sensitive issue by publishing a series of texts entitled 'Let us bring women to the Academy of Letters' with the aim of alerting and mobilizing the readers towards the topic, in 1936-1937. It was a moment of rise in journalistic activities in the country, with the affirmation of business journalism, in a context in which magazines gained relevance, as was the case with *O Malho*, a publication that became popular and notable on the national level. From such prestige, the weekly sought to mobilize public opinion in favor of the cause of Brazilian women of letters who, despite certain progress in the political-electoral field, still faced severe resistance in the intellectual scenario.

Keywords: Academia Brasileira de Letras; Campaign; Female Intellectuals; Mobilization; *O Malho*.

No âmbito do jornalismo brasileiro, as primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo surgimento de uma série de revistas que ganharam popularidade em meio ao público leitor, tornando-se um sucesso editorial, com algumas delas, inclusive, atingindo uma circulação nacional. Era uma época "de grande desenvolvimento da imprensa, particularmente no sentido de consolidar a estrutura empresarial" e algumas representantes de tal gênero jornalístico atingiram significativa projeção (Sodré, 2007, p. 371–372). Assim, a partir dos anos 1930, a edição de magazines caracterizou-se "pela introdução de novas técnicas de impressão", e "por uma redefinição no perfil do mercado editorial, ávido por informações atualizadas". Esses "fatores foram definitivos para a mudança no padrão estético e informativo das revistas", levando em conta o destaque para "a notícia, a interpretação dos fatos nacionais e internacionais e as fotografias, em grande formato, que lhes eram associadas" (Mauad, 2006, p. 376).

O conteúdo apresentado pelas revistas "não pode ser dissociado das condições materiais e/ou técnicas que presidiram seu lançamento, dos objetivos propostos, do público a que se destinava e das relações estabelecidas com o mercado", já que essas "opções colaboram para compreender outras, como formato, tipo de papel, qualidade da impressão, padrão da capa/página inicial, periodicidade, perenidade, lugar ocupado pela

publicidade", bem como "presença ou ausência de material iconográfico, sua natureza, formas de utilização e padrões estéticos". Nessa linha, "a estrutura interna, por sua vez, é dotada de historicidade e as alterações aí observadas resultam de complexa interação entre técnicas de impressão disponíveis, valores e necessidades sociais". Em torno das revistas "se reuniam e disciplinavam forças e instrumentos de combate e intervenção no espaço público", vindo a oferecer "oportunidades privilegiadas para explicitar e dotar de densidade os embates em torno de projetos políticos e questões artístico-literárias que, longe de esgotarem-se em si mesmas, dialogam intensamente com os dilemas do tempo" (Luca, 2011, p. 2–3).

Nesse quadro, "tempos modernos" se anunciavam "nas páginas impressas de veículos que se renovavam, sinalizando e imprimindo uma nova mentalidade" (Eleutério, 2008, p. 101). Para a edição das revistas ficava reservada "a especificidade de temas, a intenção de aprofundamento e a oferta de lazer tendo em vista os diferentes segmentos sociais". Tais "publicações atendiam a interesses diversos, não apenas como mercadorias, mas ainda como veículos de divulgação de valores, ideias e interesses" (Cohen, 2008, p. 105). A revista, "na sua modalidade específica de impresso ligeiro, beneficiou-se profundamente" de uma "circunstância literária, técnica e mercadológica", que lhe foi favorável. Tal modelo constituía um "periodismo veiculador de textos ligeiros, de consumo imediato, permitindo e até privilegiando a coexistência de vários pontos de vista". Desse modo, multiplicaram-se "revistas de dimensões múltiplas, concebidas por homens de negócios e voltadas para públicos já delineados", constituindo "impressos de maior vigência ou grande tiragem" que "tinham à frente homens que bancavam esse 'negócio', comprometidos com a busca do lucro, afinados com as fórmulas de sucesso mercantil". Esses periódicos "caracterizaram-se pela síntese e pela informação", de modo que ficava demarcada a premissa "de passar em revista temas, informações, estados de alma, enfim, toda uma prática e produção cultural de época", de modo a corroborar "a característica mais forte do periódico de 'espelhar o presente'" (Martins, 2008, p. 142, 144, 145 e 148).

Os progressos tecnológicos foram um diferencial para o aprimoramento da edição das revistas, mormente no que tange à inserção de registros fotográficos, em profusão cada vez maior, chegando até mesmo ao predomínio das fotorreportagens. Dessa maneira, as revistas da época em pauta "dispunham, graças ao apuro tecnológico da reprodução gráfica, de meios para incluir, de forma direta, a fotografia". Nesse sentido, "os instantâneos da vida urbana ditavam moda e comportamentos, bem ao gosto da burguesia e das emergentes camadas médias, que se viam retratadas nas bem cuidadas páginas" dos periódicos. Tais publicações eram dirigidas "ao público urbano, ávido por novidades, e traziam textos ligeiros e muitas imagens, fórmula que se renovou e alcançou circulação nacional" (Luca, 2013, p. 112). Na prática da fotorreportagem ficava estabelecida "uma linguagem jornalística visual, correspondente a uma série não linguística nem paralinguística", de modo que, "cada vez que uma imagem", estando "sozinha ou associada a outros elementos, transmitida ou não pelo mesmo canal" passa a ser "destinada a um público, mais ou menos complexo, mais ou menos coletivo", fica estabelecida "uma mensagem jornalística" (Peltzer, 1992, p. 82).

Nessa linha, as revistas compuseram "o perfil de uma época em que as imagens fotográficas" predominavam, constando tais edições como "seu principal veículo de divulgação", de forma que, "mediante uma composição editorial adaptada a seu próprio tempo e às tendências internacionais, criava modas e impunha comportamentos". Como "janelas que se abriam para o mundo retratado na foto", as "revistas contribuíram para a generalização do mito da verdade fotográfica", e, "ao mesmo tempo, por meio de suas crônicas e notas sociais, impunham valores, normas e criavam realidades". Em um determinado "contexto histórico-cultural, as narrativas convencionais no fotojornalismo contribuem para que se forneça significado social a determinados acontecimentos em detrimento de outros", de maneira a promover-se, "por conseguinte, aqueles, e não estes, à categoria de notícias", vindo a concorrer "para dar aparência de ordem ao caos que é a erupção aleatória de episódio, conferindo inteligibilidade ao real" (Mauad, 2006. p. 371-372 e 382).

Nesse contexto, *O Malho*, publicado no Rio de Janeiro, entre 1902 e 1954 (Lima, 1963, v. 1, p. 144 e 146), foi uma das mais importantes revistas ilustradas impressas no Brasil, trazendo uma proposta editorial marcada pelo prisma satírico-humorístico e apresentando significativo conteúdo caricatural, além das incursões ao campo

artístico-literário e às narrações voltadas ao cotidiano. O instrumento que dá título à publicação equivale a um martelo de grandes dimensões utilizado pelo ferreiro, devendo ser manejado com ambas as mãos, ao passo que a bigorna consiste em um objeto de ferro no qual são malhados e amoldados metais. A denominação do periódico também vinha ao encontro da expressão "malhar" que, além de bater com malho, significa ainda, informalmente, censurar, criticar, fazer troça, escarnecer e zombar, bem em consonância com as propostas da publicação.

Simbolicamente, o malho ou o martelo constituem um "instrumento próprio do ferreiro e dotado de um místico poder de criação" (Cirlot, 1984, p. 374), e a sua figura traz consigo uma relação com a "atividade celeste" e a "fabricação do raio". Nesse sentido, "o martelo representa a atividade formadora ou demiúrgica", podendo também constituir "o método, a vontade espiritual acionando a faculdade de conhecer, que recorta em ideias e conceitos e estimula o conhecimento distintivo". Ainda sob a perspectiva simbólica, uma outra interpretação para o malho está vinculada ao "símbolo da inteligência que age e persevera", a qual "dirige o pensamento e anima a meditação daquele que, no silêncio de sua consciência, procura a verdade" (Chevalier & Gheerbrant, 1991, p. 577-578). A imagem normalmente associada ao malho, inclusive nas gravuras da revista ilustrada carioca, a da bigorna, apresenta em si o "símbolo da terra e da matéria", correspondendo "ao princípio passivo e feminino, por contraposição ao martelo, de caráter fecundador" (Cirlot, 1984, p. 118). Assim, "a bigorna aparenta-se à feminidade" e à passividade, da "qual sairão as obras do ferreiro, princípio masculino", revelando-se "como um princípio passivo a ser fecundado, em que "o ferreiro, tal como o raio, seria o princípio ativo e fecundante" (Chevalier & Gheerbrant, 1991, p. 132).

A circulação de *O Malho* iniciou a 20 de setembro de 1902, fundado por Luís Bartolomeu, trazendo um conteúdo humorístico, que se tornou também político, a partir de 1904. A revista contou com a colaboração de nomes como Olavo Bilac, Guimarães Passos, Pedro Rabelo, Renato de Castro, Emílio de Menezes e Bastos Tigres. No que tange ao desenho, atuaram na sua edição iconográfica Raul, Calixto, J. Carlos, Crispim do Amaral, J. Ramos Lobão, Leônidas Freire, Gil, Alfredo Storni, Alfredo Cândido, Vasco Lima, Seth, Augusto Rocha, Yantok, Loureiro, Luís Peixoto, Nássara, Théo, Enrique Figueiroa, Del Pino, Andres Guevara, ou seja, "ao longo de toda a sua existência", contou "com os maiores caricaturistas da época". A folha envolveu-se em várias questões políticas, como no caso da Campanha Civilista, combatendo a candidatura de Rui Barbosa. A direção do periódico, desde 1918, coube a Álvaro Moreyra e J. Carlos e, durante a República Velha, "*O Malho* foi uma das mais prestigiosas revistas de crítica" (Sodré, 2007. p. 301).

Como folha ilustrada, *O Malho* fez parte do conjunto de revistas que "entretinham com informações leves e, sobretudo, apuro gráfico". Em tais periódicos, "os ilustradores foram fundamentais no quadro de uma população com alto índice de analfabetismo, para a qual imagens comunicavam mais que o texto" (Eleutério, 2008, p. 91). A afirmação da revista ilustrada carioca deu-se em uma conjuntura marcada pelo "crescimento e diversificação do mercado editorial", que se "assentaram no tripé da florescente economia urbano-industrial, em combinação com a modernização técnica e a ampliação do mercado leitor" (Cohen, 2008, p. 104). Nessa época, "os periódicos transformam gradativamente seus modos de produção e o discurso com que se auto-referenciam", em um quadro pelo qual, "passam a ser cada vez mais ícones de modernidade, numa cidade que quer ser símbolo de um novo tempo" Barbosa, 2007, p. 22).

A partir da instauração da forma de governo republicana, a "representação cômica da vida nacional adquiriu novas dimensões" e, além disso, houve um "significativo incremento da imprensa, mediante o aperfeiçoamento tecnológico das oficinas gráficas", o qual "praticamente acompanha a intensificação do crescimento urbano do país". Assim, "a tradição da representação humorística ganha maior força e se aprofunda com o desenvolvimento da imprensa e com a proliferação das revistas ilustradas" (Saliba, 1998, v. 3, p. 297-298). Nesse contexto, *O Malho* "vingou e prosperou" e, "para isso, teve de fazer-se profundamente popular", aproximando seu norte editorial de segmentos sociais vinculados ao mundo do trabalho, identificando-se com sociedades artísticas e recreativas e lançando mão do recurso da fotografia, além da própria caricatura (Monteiro Lobato, 1946, p. 20-21). Tal "feição popular, pela qual se tornaria imensamente difundido em todo o Brasil, já se firmara

desde 1905", levando "o homem da rua" a gozar do "espetáculo daqueles figurões, proclamando alto e bom som o que o povo imaginava de fato que fosse o pensamento de cada um dos fantoches do imenso palco da politicagem nacional" (Lima, 1963, v. 1, p. 146).

Ao refletir caricaturalmente a vida na capital federal, *O Malho* trazia uma perspectiva do Brasil como um todo, de modo que a "transgressão mantida pelo humor visual" mostrava um Rio de Janeiro que, "como outros núcleos administrativos, comerciais e industriais, possuía um dinamismo demográfico singular", ao assumir "o papel de 'cartão postal' do país" e "apresentando-se como maior exemplo da modernidade nacional, síntese do país em dia com o mundo", ou seja, "apresentável para estrangeiros e digno objeto para a contemplação (e submissão) de seus habitantes" (Silva, 1990, p. 12-13). Como caixa de ressonância do Brasil, o Rio de Janeiro, por meio de suas revistas ilustradas e humorísticas, mostrava que se a República fora "o paradigma da modernidade para os opositores da Monarquia", os anos iniciais da nova forma de governo traziam consigo "o paraíso e o inferno desta utopia", notadamente com a continuidade "do poder político de caráter oligárquico controlado por latifundiários" (Lemos, 2001, p. 31).

Nessa conjuntura, no século XX, *O Malho* foi, "politicamente, de uma importância comparável à da *Revista Ilustrada"*, mais importante publicação de seu gênero na centúria anterior, de modo que, já "a partir de 1904, constituiu a maior força política de combate, mercê de suas famosas charges assinadas por todos os grandes nomes da caricatura nacional". Nesse sentido, nada poupava "aos adversários, como no caso da Campanha Civilista, combatendo Rui Barbosa, e na Revolução de 1930, ridicularizando os candidatos da Aliança Liberal". Desde 1918, adquiriu "feição mais literária e mundana, embora sem perder nada do antigo interesse político, pela continuação das sátiras", ao manter "o velho tom polêmico". Suas "críticas tiveram uma tremenda repercussão em todo país" e "*O Malho* teria uma parte muito importante na política, nos pródromos da Revolução de 1930, não porque se batesse por ela, mas, justamente ao contrário, porque defendia o governo Washington Luís". Nessa época, suas "sátiras terríveis" ridicularizavam as principais lideranças da Aliança Liberal, muitas das quais se transformariam em comandantes do movimento revolucionário vitorioso. Tal postura custaria caro à empresa jornalística, pois esteve entre os vários empreendimentos que foram empastelados e incendiados, vindo a sua circulação a ficar interrompida, desde os meses finais de 1930 até os iniciais do ano seguinte. Após retomar as suas edições, o periódico, tendo em vista a situação política nacional, desde os anos 1930 "ao fim do Estado Novo, tornou-se quase que exclusivamente literário e de atualidade, para no final de sua existência enveredar novamente pela política" (Lima, 1963, v. 1, p. 144-149).

Depois do revés sofrido na década de 1930, ainda que mantivesse seções destinadas ao humor *O Malho* buscou incrementar a diversificação da sua pauta editorial, a qual se voltou mais intensamente ao jornalismo mundano. Houve também uma tendência em torno de intensificar a conquista do público feminino, divulgando temas que poderiam interessar mais diretamente às mulheres. Era uma época de transformações para o segmento feminil da sociedade, havendo uma revalorização da mulher, inclusive sob o ponto de vista político, com o Código Eleitoral de 1932 que incluiu o direito ao voto feminino e a Assembleia Nacional Constituinte que resultaria na Constituição de 1934, a qual contou pela primeira vez com uma mulher constituinte. Levando em conta tal contexto, em 1936, *O Malhou* moveu uma campanha que objetivou valorizar as "mulheres de letras".

Assim, em agosto de 1936, a revista ilustrada carioca iniciou a campanha denominada "Levemos a mulher à Academia de Letras", propondo-se a "realizar um plebiscito para a escolha das cinco intelectuais patrícias que merecem entrar para a Academia". Além disso, o periódico propunha-se a, uma vez "conhecidos seus nomes", vir a pleitear "a reforma dos estatutos daquela casa de letrados, para que as mulheres de letras do Brasil também possam ser acadêmicas". A publicação esclarecia que não havia "nenhuma disposição nos estatutos da Academia Brasileira de Letras (ABL) negando terminantemente o ingresso à mulher para aquele grêmio de intelectuais", mas ressaltava que, "até agora, por uma questão de simples interpretação desses estatutos, as nossas mulheres de letras não lograram sentar-se nas poltronas da Ilustre Companhia" (O Malho, 13 ago. 1936).

Na concepção do periódico ilustrado tal ausência constituía "uma enorme injustiça", o que seria reconhecido por "muitos dos ocupantes das cátedras acadêmicas", entretanto, os mesmos não se animavam "a tomar a

iniciativa da reforma regimental, indispensável, na opinião de alguns hermeneutas, para que a intelectual do sexo frágil possa ali ter entrada". Tal perspectiva era resumida como comparável ao "que se verifica com a concessão do voto e dos direitos políticos à mulher", ou seja, "mera questão de dar ao termo 'brasileiro' uma significação ampla, que não comporte odiosa distinção de sexo". *O Malho* enfatizava que tal situação seria aceitável à época da fundação da ABL, mas que as circunstâncias haviam mudado, surgindo o novo momento em que "a mulher realizou, em todos os terrenos, as mais belas conquistas", de modo que seria "justo que se lhe reconheça o direito à imortalidade" e "o dever mesmo, de levar ao *Petit Trianon* o brilho de sua colaboração" (O Malho, 13 ago. 1936).

A partir de tais considerações a revista resolveu promover a campanha, e, "para levar a bom termo esse empreendimento", considerava fundamental, "como supremo argumento, a opinião do público que lê", o qual seria "o único juiz competente para decidir se há mulheres no nosso país, cujo prestígio literário" e "valor intelectual sejam uma imposição à hermenêutica acadêmica, para que os intelectuais da Avenida das Nações, esclarecidos, cedam ao ponto de vista intransigente em que se têm colocado". Nesse sentido, propunha-se a "realizar um plebiscito, ouvindo a opinião de seus leitores, que são milhares, espalhados por todo o território nacional", os quais indicariam, "com seus sufrágios, os nomes das intelectuais patrícias que merecem a láurea acadêmica, pelo seu valor, pelo seu talento, pela sua capacidade". Com base no resultado do plebiscito, *O Malho* viria a pleitear "junto à ABL, a revisão dos atuais estatutos", ou pelo menos modificá-los no que tange à "restrição de sexo" (O Malho, 13 ago. 1936).

A partir dessa proposta, o semanário estabelecia as "bases do plebiscito" que passava a organizar:

> 1ª — A partir desta data, O Malho publicará uma cédula em branco, na qual cada leitor escreverá o nome da intelectual brasileira — poetisa, prosadora, jurista, jornalista, pedagoga ou cientista — que lhe pareça merecedora dos lauréis da imortalidade.
>
> 2ª — Cada cédula conterá lugar para o leitor votar em uma só candidata, entretanto, a apuração final considerará os cinco nomes mais votados, para efeito da colocação e classificação. Dessa maneira, serão conhecidas as 5 mulheres intelectuais que merecem, na opinião do público ledor do país, ingressar na ABL.
>
> 3ª — Os votos não serão assinados, nem se admite justificação dos mesmos. Cada leitor pode votar quantas vezes entenda. No mesmo envelope podem ser remetidas várias cédulas.
>
> 4ª — Este plebiscito terá a duração de 98 dias, a contar desta data e terminando a 19 de novembro, findos os quais O Malho proclamará, em cerimônia pública, as colocadas respectivamente em 1º, 2º, 3º, 4º e 5º lugares.
>
> 5ª — Semanalmente O Malho irá publicando os resultados das apurações parciais, a começar do próximo número.
>
> 6ª — O Malho não tem candidatas e apresenta neste número uma relação com os nomes de algumas das intelectuais patrícias, apenas com o intuito de avivar a lembrança dos votantes que, entretanto, poderão sufragar nomes que ali tenham deixado de aparecer.
>
> 7ª — Às cinco intelectuais que forem proclamadas imortais pela colocação final obtida, O Malho oferecerá medalhas de ouro com dizeres alusivos à consagração que isso representa, e, ainda, fará entrega de um diploma em pergaminho, consignando a respectiva classificação no plebiscito. Essa entrega se fará em sessão solene, em presença do mundo intelectual, previamente convidado.
>
> 8ª — A vitória no plebiscito de O Malho corresponde à consagração equivalente ao título de imortal. No caso deste semanário não conseguir, em absoluto, que a ABL reforme seu regimento, está assegurado, contudo, às vencedoras, esse título, por sufrágio que representa o veredito de milhares de brasileiros de todo o país.

9ª — A pergunta a que os leitores deverão responder é a seguinte: qual a mulher intelectual brasileira que merece a consagração da imortalidade?

10ª — A apuração final, que será marcada com antecedência, será feita por pessoas estranhas a esta redação. Durante o período de duração do plebiscito, qualquer candidata poderá acompanhar as votações, exercendo, se o desejar, fiscalização do pleito. (O Malho 13 ago. 1936)

Figura 1: Logomarca da campanha.

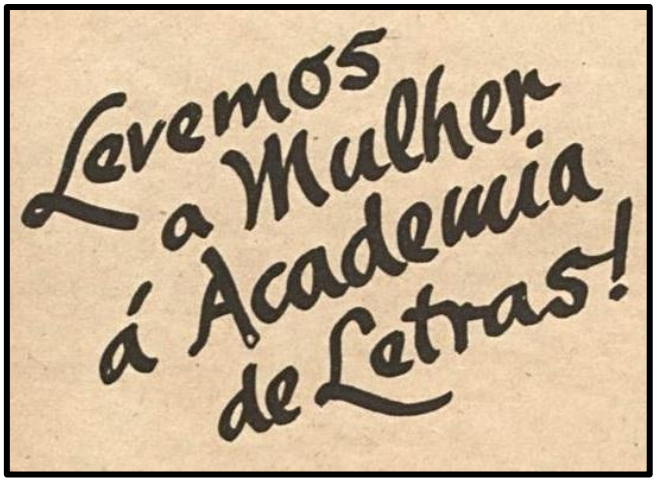
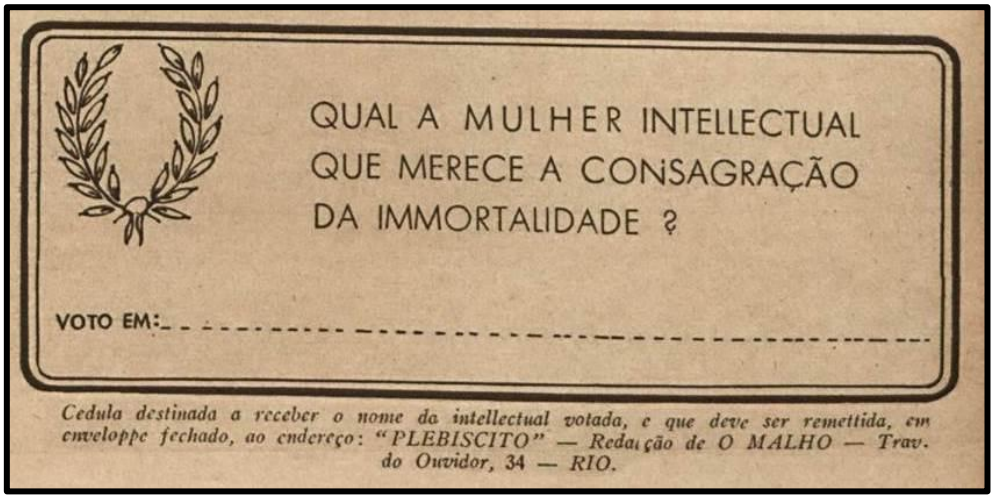


Figura 2: Cédula para votação no plebiscito.



A ausência feminina datava desde a criação da ABL, uma vez que "o projeto inaugural a partir do qual foi criada assegurou-lhe uma compleição marcadamente androcêntrica", em "característica que permaneceu inalterada por décadas a fio". Nesse sentido, "a elegibilidade feminina, ainda que tenha integrado a pauta de algumas das incontáveis sessões acadêmicas, foi mantida fora de cogitação, precisamente" ao longo dos "oitenta primeiros anos de sua existência", tanto "em decorrência de um acordo tácito — inicialmente estabelecido entre seus membros fundadores, mas logo transformado em legado —", quanto "respaldada pelo Regimento Interno". Houve propostas anteriores para a entrada de mulheres na casa cultural, diante das quais, "além de declinar acerca da possibilidade de candidatura feminina, a Academia oferece como justificativa para o veto" a "interpretação enviesada" daquele "regimento, segundo a qual o vocábulo 'brasileiros' aludiria apenas aos indivíduos do sexo masculino" (Fanini, 2010, p. 346–347). Nesse quadro, a campanha de *O Malho* vinha ao encontro da busca por mudanças no que tange aos lugares sociais do feminino, a qual "coincidiu com uma primeira geração de mulheres que estava criando políticas de igualdade entre os sexos e colaborando, assim, com a chegada da modernidade no Brasil", as quais "tiveram que lutar para que suas vozes fossem ouvidas e suas palavras lidas" (Grecco, 2018, p. 182).

Segundo a revista, a campanha teve impacto desde suas origens, informando que "causou enorme sucesso entre os nossos leitores o início do plebiscito para a escolha das cinco, dentre as mulheres de letras do Brasil, merecedoras de receber a consagração da imortalidade". Considerava que a consulta realizada era "simples e feita nos moldes mais liberais possíveis", uma vez que "envolve um assunto do mais palpitante interesse", o qual não poderia "deixar de apaixonar mesmo os mais indiferentes", citando a quantidade de leitores que se mobilizara para "sufragar os nomes de várias prováveis candidatas à vitória no grande prelo", acompanhando aquela "memorável campanha de reivindicação de direitos sagrados das mulheres de letras do Brasil" (O Malho, 20 ago. 1936). Na mesma linha, confirmava que "continua a agitar o nosso mundo literário o grito lançado pelo início de um movimento de reivindicação dos direitos da mulher intelectual brasileira" para a qual não poderia se "negar capacidade e méritos que lhe garantam um lugar entre os nossos *imortais*" (O Malho, 27 ago. 1936).

Daí em diante, *O Malho* passou a publicar a opinião de personalidades públicas que apoiavam o intento do ingresso feminino na ABL, bem como se propôs a indagar o posicionamento dos integrantes da Academia quanto ao tema em pauta. A revista exaltava o impacto de sua campanha, revelando que "o interesse com que foi recebida entre os leitores a iniciativa, dia a dia, vai se tornando maior" e informava que iniciavam a chegar os votos oriundos dos vários Estados brasileiros, de modo que "a pugna se reveste de aspectos promissores", tornando "evidente o eco que despertou nos nossos meios culturais". De acordo tal perspectiva, o periódico argumentava que tal repercussão reforçava o "seu ponto de vista", imaginando que a Academia já não estivesse tão "afastada da realidade" e "liberta do jugo de um *tabu inexpressivo* (O Malho, 3 set. 1936).

A publicação demarcava que o plebiscito organizado estaria a servir para "reavivar a antiga questão da entrada da mulher intelectual patrícia para a ABL", tornando-se "a maior prova de que a opinião geral é favorável a essa justa consagração dos méritos das nossas mulheres cultas". Esclarecia que visava a combater "a injustiça da atitude intransigente dos que interpretam os estatutos acadêmicos", de maneira que não tinha "nenhum intuito hostil para com a Academia", desejando que a entidade viesse a estar "mais esclarecida e mais integrada no espírito do nosso tempo", assim como não pretendia "insuflar desinteligências entre os acadêmicos e a mulheres de letras do país" (O Malho, 10 set. 1936). Garantia ainda que "a consagração da imortalidade" às mulheres continuava "a empolgar todos os recantos da inteligência nacional", o que se tratava, "efetivamente, de um assunto palpitantíssimo", já que aquela era "a hora das reivindicações femininas, sob todos os aspectos sociais" (O Malho, 17 set. 1936).

A campanha era descrita como uma atividade que "a cada dia que passa mais interessa e agita os círculos da literatura nacional" (O Malho, 24 set. 1936). Além disso, a revista apontava para "a oportunidade e a justeza do movimento iniciado em prol da mulher intelectual patrícia", as quais estariam "vivas na consciência de todos" (O Malho, 8 out. 1936). Exaltava também a repercussão que o plebiscito que organizava obtivera junto ao periodismo, enfatizando que "têm sido as mais animadoras todas as referências feitas, pelos nossos confrades da imprensa, o que mais evidencia a oportunidade e a justiça do empolgante movimento de reivindicação que em boa hora iniciamos" (O Malho, 15 out. 1936). De acordo com o semanário, "o Brasil em peso, neste instante, segue interessado a marcha vitoriosa da campanha em prol da mais justa das reivindicações feministas de que já se cogitou entre nós". Explicitava também que, "de acordo com o que era lícito esperar o plebiscito tem tido entre os intelectuais a mais simpática repercussão", tanto que, "de dia a dia se vão manifestando opiniões favoráveis", que chegavam "como adesões preciosas ao ponto de vista que nos propusemos defender" (O Malho, 22 out. 1936).

O hebdomadário carioca demarcava que seu intento já estava "parcialmente vitorioso", levando em conta esse apoio de grande parte da intelectualidade, bem como a perspectiva de que, "dia a dia cresce o interesse desse pleito atualíssimo em todas as esferas da sociedade brasileira". Complementava ainda que "a curiosidade em torno dessa pugna na arena do pensamento nacional" tornara-se "cada vez mais aguçada", pois "a iniciativa" era discutida "em todos os recantos do Brasil", como no caso do impacto junto à imprensa, demonstrando o quanto "tem evoluído e em que ritmo marcha o progresso do país". Previa que "Eva assenhorando-se do mais alto reduto da cultura patrícia" e "transpondo os portões de bronze do mais severo cenáculo da inteligência

conterrânea", viria a ser "um acontecimento que marcará uma etapa na história das nossas letras". A folha informava ainda que, na busca por entrevistar o conjunto dos membros da ABL, iria prorrogar o fim do plebiscito de 19 de novembro para 31 de dezembro de 1936 (O Malho, 29 out. 1936).

Já no início de novembro, a publicação explicava que "a enquete a propósito da entrada de escritoras patrícias para o sodalício da imortalidade", não estaria a deixar "dúvidas quanto ao triunfo final da nossa causa, que é, antes de tudo, a vitória da cultura e da inteligência da mulher brasileira", bem como reforçava a tendência de que continuava "a despertar extraordinário interesse entre as diversas correntes literárias do país a campanha que *O Malho* está levando a efeito" (O Malho, 5 nov. 1936). Em seguida, a revista se mostrava exultante, ao constatar que "a entrada de escritoras brasileiras para a Academia é um fato que se vai consumar dentro em breve", bem como seria "uma ideia em marcha para a realidade", já que "a campanha encontrou franco apoio em todos os setores da cultura nacional", não podendo "haver mais dúvidas e temores". Considerava que "as ideias modernas não conhecem fronteiras", tornando-se "forças irresistíveis", sem "obstáculos que lhes impeçam a carreira", de modo que "todos os preconceitos invocados para deter-lhes o avanço impetuoso, se esboroam como terra seca". Nessa linha, apontava que os resultados até então apurados demonstravam que a "entrada da mulher brasileira para a Casa de Machado de Assis" seria irreversível, garantindo "a vitória definitiva de Eva nesse terreno" (O Malho, 12 nov. 1936).

Diante da justificativa de que a ABL seguia o modelo francês, o semanário considerava que este seria um "argumento inconsistente" o qual nem chegaria "a formar uma razão em que alguém se possa estribar", tendo em vista que as brasileiras já haviam, ao contrário das francesas, conquistado seus direitos políticos (O Malho, 19 nov. 1936). Mais uma vez, a publicação exaltava sua iniciativa, considerando-a "mais do que um simples plebiscito", pois assumira "as proporções de uma verdadeira campanha, uma autêntica batalha em que se defrontam duas correntes, agitando e entusiasmando os círculos literários do país". Dizia que "a luta não está travada apenas entre os elementos culturais da capital", pois atingira "também ao país inteiro", mobilizando "a 'elite' intelectual dos Estados", vindo a interessar os "mais afastados recantos da nossa pátria", de onde chegavam "manifestações demonstrativas de quanto e como o nosso inquérito conseguiu empolgar". Além disso, enfatizava que seu "intuito está claro", ao querer "proporcionar à mulher brasileira a sua representação oficial em mais um campo de atividade do saber humano", no qual "ela sempre se distinguiu brilhantemente, em condições de igualdade com o sexo oposto". Diante disso, considerava que "conservá-la longe da Academia é uma injustiça" e "uma situação incompatível com as conquistas por ela alcançadas tão justamente" (O Malho, 26 nov. 1936).

Nos estertores do projeto, a revista permanecia extremamente otimista quanto ao seu escopo, afirmando que "dentro em pouco esta campanha em prol da inteligência da mulher brasileira vai ter o seu desfecho", levando "tudo a crer que o triunfo será completo, definitivo". Considerava que tal "movimento está interessando a intelectualidade do país inteiro", se afirmando "como um 'caso'", pois não haveria "quem, mesmo displicentemente se preocupando com os problemas da nossa vida literária, dele não tomasse conhecimento". A publicação colocava-se na posição de representante de uma ideia reinante no país, conjeturando que "esta revista mais não faz do que refletir a aspiração, o desejo, o pensamento de uma formidável corrente de cultura nacional", a qual "pretende ver realizada, de maneira integral, um postulado da nossa Constituição, que confere ao sexo feminino patrício as atribuições políticas e sociais conferidas historicamente ao homem". Determinava ainda que "os elementos que conseguimos reunir em derredor de *O Malho* nesta jornada são bastante para que possamos assegurar de antemão um estrondoso sucesso" (O Malho, 10 dez. 1936).

As expectativas permaneciam em alta, com a constatação acerca do sucesso da "campanha em prol da inteligência feminina nacional", a qual, "não obstante haver alcançado tantas e tantas significativas vitórias no terreno jurídico e político, ainda não as havia conquistado no terreno das letras, do ponto de vista do reconhecimento oficial". Nesse sentido, determinava que "só o ingresso de uma figura feminina na Casa de Machado de Assis poderá fechar galhardamente este ciclo triunfal das reivindicações da mulher brasileira", sendo "justamente isso que *O Malho* procura conseguir". Sustentava também que, "dado o prestígio e a difusão

desta revista na sociedade brasileira", não teria sido "difícil congregar os melhores elementos em torno da nossa bandeira de luta", de maneira que, "de todos os lados nos vinham, entusiasticamente, as adesões dos tipos mais representativos da nossa cultura". A folha ressaltava o alto número de votantes e de candidatas como sinal "da vibração que se apossou de todos aqueles que se interessam pelas coisas do nosso saber", prevendo que "não tarda chegar o dia em que, pela primeira vez na história da nossa literatura, uma Eva se sentará numa olímpica poltrona azul do *Petit Trianon*". Ao mesmo tempo, o periódico anunciava que a última edição do ano traria a derradeira cédula de votação concernente ao plebiscito (O Malho, 17 dez. 1936).

O entusiasmo continuou ao final de dezembro, com os organizadores da campanha se dizendo "satisfeitos, satisfeitíssimos com os resultados obtidos", uma vez que a iniciativa fora acompanhada por "uma verdadeira mobilização das forças da inteligência patrícia", tendo sido provocado, "durante meses, um amplo, formidável, vivíssimo debate, interessando os quatro pontos cardeais das nossas letras". Era "com júbilo" que registrava "o apoio e a atenção que este nosso gesto mereceu não só da imprensa da capital, mas também da do interior do país", com múltiplas matérias que se manifestaram "sempre em tom altamente encomiástico", em apoio ao intento. Ressaltava também que, "dentre os 27 acadêmicos que *O Malho* entrevistou, 20 manifestaram-se favoráveis à entrada de Eva para a Academia de Letras", de forma que teriam sido pouquíssimos os membros que não teriam querido ou podido "aperceber-se dos tempos modernos que correm, julgando-se ainda no ano da graça de mil oitocentos e tantos..." (O Malho, 24 dez. 1936).

No último dia de 1936 era anunciado que chegara "a seu termo o plebiscito que em tão boa hora *O Malho* organizou e que teve o mérito indiscutível de agitar os meios intelectuais e culturais do país". A revista enfatizava que "o grito que partiu destas colunas teve ressonância em todo o país", como ficara refletido nos números apurados, de modo eu, "tudo isso constitui a prova evidente de que o Brasil possui mulheres de letras em condições de receber o galardão da imortalidade". Nessa linha, o semanário considerava que o seu "ponto de vista está vitorioso", o que lhe daria legitimidade para pleitear junto à ABL uma interpretação diferente para o dispositivo que até então servira para vetar a inserção feminina, apontando, a partir de tal iniciativa, que "se sente feliz em ter aplainado o caminho para a inteligência feminina atingir às poltronas azuis do nobre salão da Avenida das Nações". Ficava também confirmada a premiação oferecida às cinco melhores colocadas, que consistia em "um artístico medalhão em bronze com dizeres alusivos à vitória alcançada" e "um diploma em pergaminho", com "referência à colocação obtida" (O Malho, 31 dez. 1936).

Na edição inaugural de 1937 era informado o definitivo fechamento das "urnas", passando-se à fase da apuração final dos votos. A revista apontava para o papel do jornalismo à época, ressaltando que o plebiscito despertara "tanto interesse", que se tornara "a expressão de mais uma vitória da imprensa periódica do país" (O Malho, 7 jan. 1937). Ao final, uma comissão formada por representações da Associação Brasileira de Imprensa, da Academia Carioca de Letras, da Revista *Brasil Feminino* e da própria ABL, quanto à campanha "Levemos a mulher à Academia de Letras", após "minucioso exame das apurações efetuadas", declarava "ser absolutamente exato o resultado final", com a eleição das cinco mais votadas: Maria Eugênia Celso, Gilka Machado, Alba Canizares do Nascimento, Ana Amélia e Henriqueta Lisboa. Segundo a revista, essas intelectuais, "pela vontade livre e soberana do mais livre eleitorado" estariam "sagradas imortais", diante do que parabenizava o eleitorado pela escolha de "nomes que são verdadeiras expressões da cultura brasileira no setor das letras femininas". No mesmo número era anunciada a cerimônia de entrega dos prêmios, em um quadro pelo qual *O Malho* continuava a garantir que as "vencedoras serão oficialmente proclamadas portadoras da láurea da imortalidade", bem como convidava "seus leitores a tomarem parte nessa homenagem que não é mais do que a apoteose dessa consagração feita por dezenas de milhares de brasileiros às mais destacadas representantes da inteligência indiscutível da mulher patrícia" (O Malho, 14 jan. 1937).

Figura 3: Medalhão entregue às vencedoras.



No dia da premiação, o hebdomadário ilustrado saudava a chegada do "episódio final de uma campanha cujos louros não pertencem somente a *O Malho*, mas também aos seus leitores que tão facilmente lhe assimilaram o ponto de vista, dando-lhe seu integral apoio". Ainda assim reconhecia que a iniciativa não havia chegado ao fim, vindo a garantir que não se deixaria "dormir sobre os primeiros louros", pois, "vencida a primeira etapa", permanecia a necessidade de que se levasse, "realmente, a mulher ao seio da imortalidade" (O Malho, 21 jan. 1937). Realizada a solenidade de entrega dos prêmios, o periódico saudou "aquela inesquecível hora literário-artística", considerada como "uma verdadeira apoteose", cujo sentido fora o da "fé na vitória da campanha de que *O Malho* se fez pioneiro", contando com o apoio dos "leitores que das mais longínquas paragens do país enviaram seus votos para as eleitas na apuração final do plebiscito" (O Malho, 28 jan. 1937). Tal sessão solene foi ainda definida como uma "inesquecível festa de inteligência", sendo transcritas as falas proferidas (O Malho, 4 fev. 1937) e textos da lavra das vencedoras (O Malho, 11 fev. 1937).

Conforme proclamara, a revista continuava em sua empreitada, afirmando que, "prosseguindo na campanha iniciada, e já parcialmente vitoriosa, *O Malho* bate às portas da Casa de Machado de Assis para esclarecer a momentosa questão". Reiterava assim que "não pretendia dormir sobre os louros já obtidos e que, ao contrário, intensificaria a sua ação para que fosse completa a vitória". Para tanto, encaminhou correspondência à Presidência da ABL, com o seguinte conteúdo:

> Exmo. Sr. Presidente da ABL — A revista O Malho vem recorrer à boa vontade desse ilustre cenáculo, pedindo a sua atenção para uma questão que interessa a todos os círculos literários do país. (...)
>
> Não ignora V. Ex. que o semanário O Malho acaba de realizar com êxito surpreendente um plebiscito entre os seus leitores, a fim de apurar quais as mulheres intelectuais que merecem ingressar como membros na ABL. O resultado final da votação consagrou como vencedoras (...) figuras de grande projeção nas letras do Brasil.
>
> No correr do plebiscito, O Malho tomou a iniciativa de ouvir os membros dessa Academia sobre a maneira como seria individualmente recebida uma candidatura feminina à Academia de Letras. Apuramos com satisfação que mais de vinte membros dessa ilustre Companhia se mostraram favoráveis a uma interpretação liberal dos estatutos, aceitando a inscrição de mulheres às vagas que viessem a abrir na Academia. (...)
>
> É natural, Exmo. Sr. Presidente, que o resultado do nosso inquérito anime algumas das vencedoras do nosso plebiscito a candidatar-se a uma cadeira da Casa de Machado de Assis, mas também é natural, dadas as desalentadoras consequências da última tentativa nesse sentido, que todas as mulheres se sintam intimidadas ao pensar em dar esse passo.

> Por isso, em vista da posição assumida pelo O Malho nessa questão, e levando em conta as relações cordiais que sempre reinaram entre esta revisa e esse brilhante cenáculo, resolveu dirigir-se a V. Ex. para solicitar se digne a submeter ao plenário da Academia a seguinte consulta:
>
> — Aceitaria a ABL a inscrição de um nome feminino a uma das vagas abertas nos seus quadros?
>
> Não é preciso encarecer junto a V. Ex. como seria bem recebida em todos os círculos literários do país uma resposta clara à nossa pergunta, a qual serviria de orientação às mulheres que, entre nós, pelos trabalhos do pensamento, elevam e dignificam a nossa cultura. Estou certo, por isso mesmo, que V. Ex. e a Academia receberão com benevolência esta consulta. (O Malho, 18 fev. 1937)

A resposta positiva e a esperada "benevolência" para com a consulta não viriam a se confirmar. Naquela segunda metade da década de 1930, as mulheres continuavam significativamente "excluídas do universo das coisas sérias" e "dos assuntos públicos", pois, apesar da conquista do direito do voto, permaneciam afastadas de múltiplas entidades como foi o caso da ABL. Nesse quadro, "o mundo social funciona em graus diferentes, segundo as áreas, como um mercado de bens simbólicos dominado pela visão masculina" e, ao tratar das mulheres" ele é concebido "pelo olhar masculino, ou por um olhar marcado pelas categorias masculinas" (BOURDIEU, 2012, p. 116 e 118). Assim, a acirrada campanha da revista ilustrada carioca acabou por não atingir o seu intento. Politicamente conservador, tendo se colocado em uma postura governista diante de todas as candidaturas presidenciais de oposições dissidentes, no campo social e cultural, *O Malho* desenvolvia pautas abertamente progressistas. Foi assim que promoveu ao longo de praticamente um semestre, com inserções a cada edição, o movimento "Levemos a mulher à Academia de Letras", cujo intento fundamental era garantir a presença feminina na instituição cultural até então exclusiva para os intelectuais do sexo masculino. O plebiscito ganhou notoriedade, e o periódico atuava no sentido de buscar demonstrar o apelo popular do jornalismo e a ação da imprensa como agente social decisivo na tomada de decisões. Ainda assim, tal emprego de esforço e mobilização não foi o suficiente para mudar a postura dos integrantes da casa cultural, permanecendo vetado o ingresso feminil. Dessa maneira, *O Malho* apostou em uma proposta de transformação, mas enfrentou uma resistência que nem a força de seu público leitor ajudou a sobrepujar. Nessa linha, a revista apresentou um projeto cujo sentido foi empreender um passo a mais em direção ao reconhecimento das mulheres de letras, em um processo lento, que só viria a vingar quatro décadas depois, quando finalmente o feminino conseguiu adentrara às portas da "Casa de Machado de Assis".

Referências Bibliográficas

Barbosa, M. (2007). *História cultural da imprensa: Brasil, 1900–2000*. Mauad X.

Bourdieu, P. (2012). *A dominação masculina* (11.ª ed.). Bertrand Brasil.

Chevalier, J., & Gheerbrant, A. (s.d.). *Dicionário de símbolos* (5.ª ed.). José Olympio.

Cirlot, J.-E. (1984). *Dicionário de símbolos*. Editora Moraes.

Cohen, I. S. (2008). Diversificação e segmentação dos impressos. In A. Luiza Martins & T. Regina de Luca (Orgs.), *História da imprensa no Brasil* (pp. 103–130). Contexto.

Eleutério, M. de L. (2008). Imprensa a serviço do progresso. In A. Luiza Martins & T. Regina de Luca (Orgs.), *História da imprensa no Brasil* (pp. 83–102). Contexto.

Fanini, M. A. (2010). As mulheres e a Academia Brasileira de Letras. *História (São Paulo), 29*(1), 345–367.

Grecco, G. de L. (2018). Levemos a mulher à Academia Brasileira de Letras! Tetrá de Teffé, a primeira romancista premiada pelos imortais. *Travessias, 12*(1), 177–192.

Lemos, R. (2001). *Uma história do Brasil através da caricatura (1840–2006)*. Bom Texto Editora e Produtora de Arte.

Lima, H. (1963). *História da caricatura no Brasil*. José Olympio.

Luca, T. R. de. (2011). *Leituras, projetos e (re)vista(s) do Brasil (1916–1944)*. Editora UNESP.

Luca, T. R. de. (2013). Tipologia de revistas no Brasil das primeiras décadas do século XX. In A. A. M. C. de Melo & I. T. de Oliveira (Orgs.), *Aproximações cultura e política* (pp. 109–122). Expressão Gráfica e Editora.

Martins, A. L. (2008). *Revistas em revista: Imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890–1922)*. Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp.

Mauad, A. M. (2006). O olho da História: Fotojornalismo e a invenção do Brasil contemporâneo. In L. M. B. P. Neves, M. Morel, & T. M. B. da C. Ferreira (Orgs.), *História e imprensa: Representações culturais e práticas de poder* (pp. 365–384). DP&A; Faperj.

Monteiro Lobato, J. B. R. (1946). A caricatura no Brasil. In *Ideias de Jeca Tatu* (pp. 3–21). Brasiliense.

Peltzer, G. (1992). *Jornalismo iconográfico*. Planeta Editora.

Saliba, E. T. (1998). A dimensão cômica da vida privada na República. In N. Sevcenko (Org.), *História da vida privada no Brasil* (Vol. 3, pp. 289–365). Companhia das Letras.

Silva, M. A. da. (1990). *Caricata República: Zé Povo e o Brasil*. Marco Zero.

Sodré, N. W. (2007). *A história da imprensa no Brasil* (4.ª ed.). Mauad.

Declaração Ética

Revisão por Pares: Simples-cega.

Financiamento: Nada a declarar.

Conflito de Interesse: Nada a declarar.

Todo o conteúdo da ***NAUS — Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais*** é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.